

1999



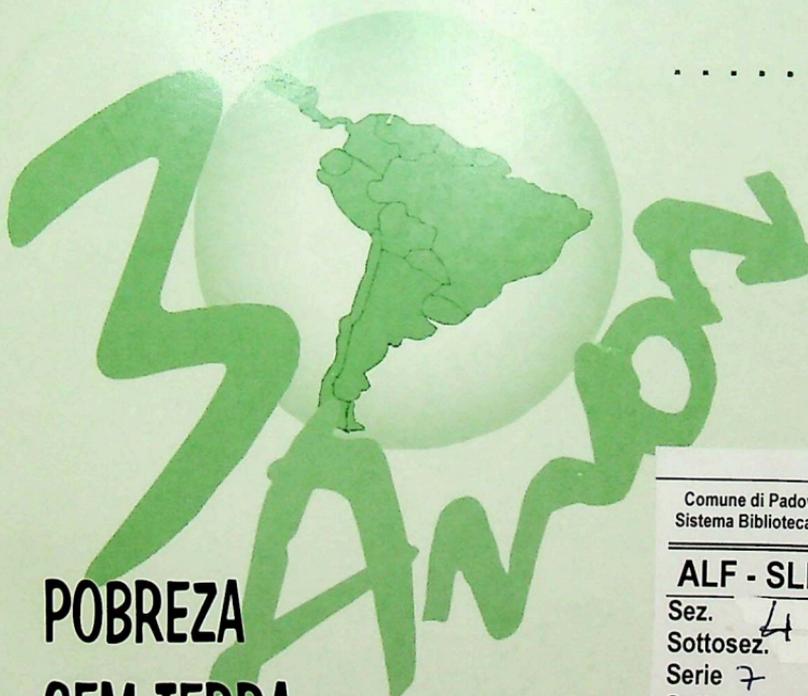
Cadernos do

CEIAS

Centro de Estudos e Ação Social

183

Setembro/Octubro 1999



POBREZA

SEM-TERRA

DEMOCRACIA

SURPRESAS DO REAL

Comune di Padova
Sistema Bibliotecario

ALF - SLD

Sez. 4
Sottosez.

Serie 7
Sottos.

Unità 167

PUV 55

1969

- Cadernos do CEAS é uma revista bimestral do Centro de Estudos e Ação Social que apresenta, analisa e comenta a realidade brasileira, denunciando formas de opressão e desigualdades sociais e apontando a iniciativa das classes populares como caminho para a superação da miséria e da exploração, na direção de uma sociedade mais justa e humana, de real participação democrática.
- O CEAS é uma entidade constituída por um grupo de jesuítas e por outras pessoas de diferentes pontos de vista, comprometidas com os objetivos acima.
- As matérias não assinadas são de responsabilidade conjunta do CEAS.
- Os cadernos circulam bimestralmente; as assinaturas são feitas para os seis números do ano.

Correspondência, colaborações e assinaturas:
Cadernos do CEAS, Rua Aristides Novis 101, Federação
40210-630 Salvador BA Brasil
Fone: (0**71) 247 1232
Fax: (0**71) 332 0680
e-mail: ceas@ongba.org.br
<http://www.ongba.org.br/org/ceas/home.html>

EQUIPE EDITORIAL E DE REDAÇÃO:

Alfredo Souza Dorea, Ana Maria Sales Placidino,
Clóvis Cabral, Daniel Piccoli, Elsa Souza Kraychete,
Ireneidson Santos Costa (responsável),
Joviniano Soares de Carvalho Neto, Manuel Andrés Mato,
Márcia dos Santos Macedo, Nelson Oliveira (redator),
Joaci de Souza Cunha, Paulo César Cerqueira Lisboa,
Paulo Sérgio Vaillant

ADMINISTRAÇÃO

Andrade José da Silva, Josefina Lemos

PROJETO GRÁFICO:

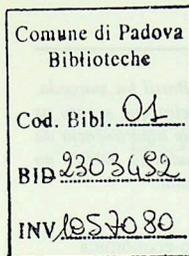
Matilde Eugênia Schnitman

NORMALIZAÇÃO: Neilton Barreto

CAPA: Edimar Angeli

Assinatura anual: R\$25,00
Números avulsos ou atrasados R\$8,00
Subscrição de apoio: R\$40,00
Exterior: US\$40,00

Cadernos do CEAS. M.1 - (1969 —). Salvador Centro de Estudos e Ação Social. 1999.
Bimestral
ISSN 0102-9711
1. Análise conjuntural — Brasil. 2. Política agrícola. 3. Política econômica. 4. Política social. I Centro de Estudos e Ação Social.
CDU 338.91 (081)
338.984
338.98
338.28: 304



EDITORIAL

- 5 O preço da pobreza

ANÁLISE DE CONJUNTURA

CARLOS EDUARDO CARVALHO

- 11 A economia brasileira depois da desvalorização: muitas surpresas

Passados seis meses da forte desvalorização cambial do início de 1999, percebe-se um conjunto de surpresas difíceis de explicar, inclusive porque os principais indicadores da economia brasileira mostram resultados quase opostos ao que se esperava. Como isto foi possível? A finalidade deste texto consiste justamente em propor explicações para tal processo, a partir da discussão das principais hipóteses surgidas no debate econômico brasileiro nos últimos meses. De todo modo, o Autor chama a atenção para o "teste decisivo" do Plano Real nos próximos meses, caso se mantenha a tendência de queda ou de estagnação das exportações, desmentindo a tese de que a abertura da economia iria ampliar a capacidade de gerar saldos comerciais, reduzindo a dependência internacional.

MARIAROSA DALLA COSTA

- 23 Capitalismo e reprodução

Numa instigante discussão em torno da reprodução ao interior do capitalismo, a Autora conduz suas considerações em direção a uma tese fundamental, a de que o desenvolvimento capitalista sempre foi insustentável, sobretudo por conta do seu impacto humano. Recuperando, em sua análise, o ponto de vista específico das mulheres, conclui que o desenvolvimento capitalista sempre foi insustentável porque é insustentável a contradição na qual este desenvolvimento as colocou: trabalhadoras não-assalariadas numa economia salarial e, por isso mesmo, com negados direitos a uma existência humana.

MARIÂNGELA NASCIMENTO

- 35 Democracia e espaço público no Brasil

Após resgatar as principais tendências do debate atual em torno da democracia, entre os que compreendem o problema da transição democrática num enfoque institucional e aqueles que articulam tal questão à distribuição de bens na sociedade, a Autora formula uma série de problematizações em torno das relações entre o Estado e a So-

cidade Civil, constatando que a formação da cultura política do Brasil foi marcada, desde o seu começo, pela incapacidade de estabelecer uma fronteira que separe as atividades da vida pública e da vida privada. Neste sentido, defende a pertinência da obra da pensadora Hannah Arendt nas discussões teóricas levantadas (o público no sentido político e a democracia) e do "caso brasileiro", em particular.

NELSON OLIVEIRA

- 53 Meio ou fim: os dilemas da democracia na reprodução sócio-econômica
Partindo do debate posterior ao chamado «milagre econômico», quando se mistificava a conquista democrática imposta pelas classes dominantes hegemônicas, unificando os espaços de luta e aspirações sem qualquer referência ao capital nem à exploração, o Autor demonstra como o equivalente da acumulação primitiva para o capital são os regimes de força para as democracias e que as burguesias só assimilam as regras democráticas quando as classes que ameaçam sua dominação são postas numa condição de plena passividade. Recoloca, portanto, para a classe trabalhadora atual, a questão (não respondida) se a democracia conquistada representa um meio para outras conquistas ou um fim em si mesmo, sobretudo quando as variantes de um fascismo rondam como um espectro o universo de saídas possíveis para os impasses de um regime mundial que jamais demonstrou escrúpulos quanto às formas de sua dominação.

RESENHA

LEANDRO COLLING

- 77 Decifrando as relações entre mídia e política
Resenha do livro Mídia e política no Brasil, de Antônio Albino Canelas Rubim

ISA MONIZ

- 81 "Vendedora de sapatilhas"

30 ANOS DO CEAS: REPUBLICAÇÃO

CÂNDIDO GRZYBOWSKI

- 83 Os colonos sem-terra de Ronda Alta
Publicado originalmente em novembro de 1982, na edição 82 dos Cadernos do CEAS, neste artigo o Autor se propõe a pensar o acampamento dos colonos sem-terra de Ronda Alta como fato social e político, tentando responder às seguintes perguntas: quem são os colonos sem-terra? por que o acampamento como forma de luta? qual a relação entre essa luta e as lutas pela terra que eclodem em todo o país? como os colonos acampados se inserem no processo de organização e luta do campesinato do Sul do Brasil? Assim, questiona muitas das interpretações veiculadas pelos meios de comunicação da época, num exercício crítico extremamente instigante para a análise da relação entre o Movimento dos Sem-Terra e a mídia na conjuntura brasileira atual.

EDITORIAL

O PREÇO DA POBREZA

Um dos traços inequívocos de uma sociedade capitalista é transformar tudo, absolutamente tudo, em mercadoria, motivo, aliás, de orgulho e regozijo por parte de seus defensores. Numa sociedade estruturada desta forma, cada um dos seus produtos, materiais ou simbólicos, é disponibilizado no mercado segundo um valor, ao qual equivale um certo preço. Inclusive as pessoas. Melhor dizendo: sobretudo as pessoas.

Nesta conjuntura de fim de século, véspera de um novo milênio, tão decantada pela mídia planetária em razão de suas supostas benesses (conquistas tecnológicas, democratização comunicacional, liberdades de toda ordem), o que ressalta numa análise mais acurada (depois que as luzes do espetáculo esmaecem, obviamente) é a *redução do preço das pessoas*. Quando dizemos isso não queremos nos referir apenas à desvalorização da única mercadoria que a grande maioria delas detém, sua *força de trabalho*, mas também à condição que as distingue dos demais seres vivos (animais ou vegetais) e das coisas que as rodeiam (pedras, águas e ventos): *sua humanidade*.

São como que saldos mais recentes do capitalismo (em sua fase neoliberal) que hegemoniza o globo, subprodutos devidamente escamoteados pelas propagandas oficiais dos quatro cantos do planeta, nos países ricos como nos empobrecidos, parceiros de segunda (alguns mesmo de terceira e quarta) categoria deste processo, mas que lhe seguem fielmente o receituário. Assim compreendido, esse rebaixamento do preço das pessoas pode ser percebido tanto no "mal do século", o *desemprego crônico*, como nas diversas mazelas que dele se desdobram: a *corrupção*, a *prostituição* e o *tráfico de drogas*. O Brasil, verdadeira caixa de ressonância (dotada de amplificadores potentíssimos) do mundo globalizado, tem se mostrado um autêntico tetracampeão, merecedor de elogios das mais diversas audiências mundo afora, pela sua ginga (para



cadernos do

REVISTA **ceas**

A REVISTA QUE ANALISA A REALIDADE SOCIAL BRASILEIRA

**LEIA
ASSINE
DIVULGUE**

Assinatura anual: R\$ 25,00
Números avulsos ou atrasados: R\$ 8,00
Subscrição apoio: R\$ 40,00
Exterior: US\$ 40,00



CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL - CEAS
Rua Aristides Novis, 101 - Federação
CEP 40210-630 - Salvador - BA - Brasil
Tel: (0**71) 247-1232 Fax: (0**71) 332-0680

CAPITALISMO E REPRODUÇÃO¹

MARIAROSA DALLA COSTA*

1. INTRODUÇÃO

Analisar a esfera de reprodução hoje significa deparar-se com todos os “pecados originais” do modo de produção capitalista. Isto, naturalmente, se olharmos a partir de uma perspectiva planetária, atentos ao que acontece nos níveis mais baixos – mas sempre mais largos – da estratificação social nos países de capitalismo avançado, como também ao que acontece em níveis cada vez maiores de contingentes populacionais no Terceiro Mundo. Planetária é, de fato, a economia na qual vivemos e o processo de acumulação capitalista extrai energia para sua contínua reprodução tanto na exploração do trabalho assalariado como daquele não-assalariado (acima de tudo o trabalho de reprodução, mas não só) nos países avançados como no Terceiro Mundo (Dalla Costa, M., 1972).

Encontraremos amplamente realizado aquilo que já Marx (1969: 157) considerava ser o “fim da economia política”, isto é “a infelicidade da sociedade”. Deixando de lado, por enquanto, o problema da felicidade, mas não certamente por encorajar o mito de que seja irrealizável, é preciso frisar o quanto parece incrível, mesmo prescindindo de uma análise marxista, que o desenvolvimento capitalista seja portador de um bem-estar, que, de alguma maneira, está se generalizando no planeta.

A reprodução humana se nos apresenta, hoje, mais que nunca, perseguida e revolvida pelas leis que caracterizam a acumulação capitalista: a contínua e progressiva *expropriação*. Começou com aquela “originária”, relativa à terra como meio de produção fundamental, já datada do século XVI ao XVII na

1. Traduzido do italiano pela Equipe de Redação, com o consentimento da autora. A colocação de inter-títulos, ausentes na versão original, visa atender às normas editoriais da revista.

Inglaterra – e ainda hoje existente no Terceiro Mundo –, passa por aquela relativa ao complexo dos direitos individuais e coletivos que contribuem para garantir a sobrevivência, naquela época como ainda hoje; e chega até a contínua *divisão e contraposição hierárquica* no corpo social (de classe, de sexo, de raça, de etnia; livre trabalhador assalariado contra não-livre trabalhadora não-assalariada; desemprego contra trabalho escravo); à produção constante de *desigualdades e incertezas* (a mulher como reprodutora é mais desigual e vive um destino mais *incerto* em relação a qualquer trabalhador assalariado e a pertença a uma raça ou a uma etnia discriminada não faz mais do que aprofundar a sua mesma discriminação) e, por fim, à contínua *polarização* de produção de *riqueza* (cada vez mais concentrada) e produção de *miséria* (sempre mais ampla).

Como escreve Marx em **O Capital** (1967: 706): *“A lei enfim que equilibra constantemente a sobre-população relativa, isto é, o exército industrial de reserva, de um lado, e o volume e a energia de acumulação, de um outro, prende o operário ao capital de maneira mais sólida que as correntes de Efesto prendiam Prometeu à rocha. Esta lei determina uma acumulação de miséria desproporcional à acumulação de capital. A acumulação de riqueza de um dos pólos é, pois, ao mesmo tempo, acumulação de miséria, aflição de trabalho, escravidão, ignorância, brutalidade e degradação moral no polo oposto, isto é, para a classe que ‘produz o próprio produto como capital’”*. Isto é verdade não só para aquela parcela de população arrastada pela Primeira Revolução Industrial. É mais verdade ainda hoje, seja quando a acumulação de capital passa através da fábrica, seja quando passa pelo plantio, a barragem, as minas, ou a tecedura dos tapetes, onde não são nada raros os casos de crianças que trabalham em condição de escravidão.

2. A ACUMULAÇÃO DA RIQUEZA E O RETORNO DA ESCRAVIDÃO

De fato, a acumulação capitalista se desenvolve no mundo extraíndo trabalho de produção e de reprodução em condições que se estratificam até reproduzir condições escravistas. Recentemente foi calculado que mais de 200 milhões de pessoas no mundo todo trabalham em tais condições.

Por outro lado, os macro-processos e as macro-operações que as forças econômicas, adequadamente sustentadas pelo poder político, desenvolveram no contexto social no período da acumulação originária na Europa, a fim de destruir o valor do indivíduo nas relações determinadas com sua comunidade para torná-lo indivíduo isolado e sem valor, mero invólucro da força de

trabalho e obrigado a vendê-la para sobreviver, continuam a marcar a reprodução humana no planeta. A indiferença à possibilidade de reprodução da força de trabalho que o capital expressou na primeira fase de sua história não foi senão bastante parcialmente (e hoje cada vez mais precariamente) resgatada séculos depois pelo instaurar-se do “Estado de Bem-Estar”. Atualmente, as diretrizes das grandes agências financeiras, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM), que, de alguns anos para cá, assumiram o papel de redesenhar as políticas de bem-estar e as linhas econômicas gerais (Dalla Costa M. e Dalla Costa G.F., 1993), seja nos países avançados seja naqueles em desenvolvimento, produzem o efeito de segmentos cada vez mais amplos de população, sendo lançadas à extinção porque consideradas excedentes ou não aptas às necessidades de valorização do capital. A propósito, as medidas econômico-previdenciárias sancionadas recentemente na Itália têm uma pontual correspondência com aquelas que têm caracterizado os vários planos de ajuste estrutural em muitos países do Terceiro Mundo.

Assim como, a partir do final do século XV, na Inglaterra, e graças a uma legislação sangrenta contra os expropriados, os pobres eram enforcados em massa, torturados, marcados com fogo e acorrentados (Marx, 1967), hoje, as populações excluídas ou não adequadamente integradas vêm sendo exterminadas pela políticas que levam à fome – “*mais caixões e menos berços na Rússia*”,² morte por inanição e frio nos países do Leste Europeu e em vários países avançados do Ocidente, morte por inanição e epidemias na África e na América Latina, mas não só – e pela política de guerra, de genocídio direto ou praticamente autorizado, de repressão militar e policial.

A outra variante com que se apresenta a extinção é a decisão individual e coletiva de se suicidar, uma vez que não existem mais possibilidades de sobrevivência: são bastante significativos os vários episódios de suicídio na Itália por causa do desemprego ou pela recusa em aceitar o único trabalho oferecido, isto é, o engajamento em organizações criminosas, assim como o caso, na Índia, das “tribos” do Vale do Narmada, que declararam querer morrer na água se continuassem os trabalhos da barragem que ameaçava destruir o habitat e, com isso, a própria possibilidade de sobrevivência e de identidade cultural.³ E, numa derradeira evolução monstruosa desta vicissi-

2. In *La republica*, 16.02.1994.

3. A esta questão foi dedicado um programa especial no segundo canal da tevê do governo, nos programas noturnos de 15.09.1993. Para uma interpretação crítica do aumento indiscriminado das barragens no mundo, cf. Shiva (1990).

tude de imposição da extinção, merece registro a extrema resistência representada por quem busca vender pedaços do seu corpo, inútil invólucro de uma força-trabalho que não consegue mais ser trocada como mercadoria.⁴

É notório que este triste fenômeno relativo à Itália, onde se registraram alguns episódios, tenha se tornado para o Terceiro Mundo prática freqüente através da qual indivíduos expropriados e empobrecidos pela expansão capitalista buscam “ganhar a vida”. E também tem sido noticiado que organizações criminosas, mas com ramificações evidentemente legais, florescem sempre mais graças à compra e venda de órgãos, realizada também através do seqüestro das vítimas (entre elas, muitas vezes, mulheres e crianças) e falsas adoções. Foi aberto, inclusive, um inquérito junto ao Parlamento Europeu sobre este argumento e várias redes de mulheres do mundo estão buscando esclarecer e eliminar este crime. A negação do valor do indivíduo sobre o qual foi implantado o desenvolvimento capitalista aqui celebra seus faustos: o indivíduo detentor da força-trabalho excedente ou de qualquer maneira não relevante está sendo literalmente retalhado em pedaços para reconstruir o corpo de quem pode pagar o direito de viver e, sobretudo, para gerar lucro em setores (criminosos e não) do capital.

Ainda no período da acumulação originária, enquanto nascia o livre trabalhador assalariado na Inglaterra, a lei autorizava a fazer escravo e a fazer trabalhar para o denunciante aquele que, tornado pobre e vagabundo pela expropriação violenta e ilegal por parte dos senhores das terras, era culpado de... “vagabundear” (cf. Marx, 1967). Mas, se esta redução dos pobres à escravidão era um fenômeno de dimensões relativamente limitadas no interior da avançada Inglaterra, daí a pouco tempo o capital lançaria, em escala bem maior, a prática da escravidão, esvaziando a África do equivalente à população européia daquele período, através do comércio de escravos em direção às Américas e ao Caribe.

Contudo, a escravidão, bem longe de ter desaparecido, volta como constante tácita e escondida do capitalismo. A miséria que a economia política das grandes agências financiadoras impõe a grande parte do planeta obriga famílias inteiras a trabalhar em condições escravistas para pagar as dívidas ao credor; em condições de escravidão são conduzidos e submetidos os trabalhadores na criação de animais, nas plantações e nas minas; em condições

4. Também sobre isto, na Itália, onde, por lei, a venda de órgãos é proibida, foram relatados pela mídia escrita e televisiva, no decorrer de 1993-1994, casos de pessoas que declaradamente buscavam vender órgãos do próprio corpo por falta de dinheiro e trabalho.

escravistas são obrigadas a trabalhar crianças na tessitura de tapetes, são obrigadas a trabalhar mulheres raptadas ou de qualquer maneira engajadas na indústria do sexo. Mas são só alguns exemplos. É significativo que o problema da escravidão tenha sido levantado em Viena pelas Organizações Não-Governamentais, no Fórum que precedeu, de 10 a 12 de junho de 1993, a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos, realizada de 14 a 25 de junho daquele ano.

3. VIOLÊNCIA E CONDIÇÃO FEMININA NO CAPITALISMO

Como dizíamos, então, acerca do período da acumulação originária, enquanto nascia o livre trabalhador assalariado como conseqüência das grandes operações de expropriação, uma outra operação, o maior sucesso que a história lembra, a “caça às bruxas”, contribuía de maneira fundamental, junto a uma série de outras medidas expressamente dirigidas contra as mulheres, para forjar a não-livre trabalhadora não-assalariada no processo de produção e reprodução da força de trabalho (Federici, 1984). A mulher, privada dos meios de produção e subsistência típicos da economia precedente e largamente excluída do trabalho artesanal e do acesso aos novos postos que a manufatura oferecia, tinha diante de si, fundamentalmente, duas possibilidades para a sobrevivência: o casamento ou a prostituição. Isto porque a prostituição, naquele tempo, constituía também um meio para complementar a magra renda familiar ou os salários mais baixos das mulheres que tinham encontrado um trabalho externo. É significativo que a prostituição, além dos vários regimes e significados conhecidos em diferentes épocas e contextos sociais, tornou-se, naquela época, pela primeira vez uma profissão exercida pelas mulheres a nível de massa. Por tudo isto se dirá que a mulher proletária, durante o período da manufatura, nasce fundamentalmente como prostituta (Fortunati, 1981; 1984: 209).

Sobre esta contradição insanável da condição feminina, trabalhadora não-assalariada numa economia salarial (Dalla Costa, M., 1972), não só se enxertou a prostituição feminina de massa daquele período, como também se enxerta a reprodução, no quadro atual das políticas econômicas, do mesmo fenômeno em escala ainda maior e mais ampla, a gerar lucro para uma das indústrias mais prósperas a nível mundial: a indústria do sexo. Justamente este fato levou a Coalizão mundial contra o Tráfico de Mulheres a realizar, em Bruxelas, em maio de 1993, o primeiro “Congresso mundial contra a exploração sexual”, além do que as mulheres da Coalizão se empenharam

para que a Convenção fosse assumida pela comunidade internacional através das Nações Unidas e ratificada pelos diversos Estados.

De fato, no plano internacional é sempre mais alarmante a exploração sexual de mulheres por parte de organizações criminosas mais ou menos poderosas e por parte de sempre mais potentes lobbies. Na Itália, estas organizações têm feito chegar um notável fluxo de mulheres dos países do Leste e da África para serem exploradas como prostitutas. E são conhecidas mundialmente as escamoteações utilizadas para acobertar pelo menos oficialmente várias práticas de exploração da prostituição: da venda de esposas via classificados à organização de destinos de viagem exóticos, definidos de “conforto”. Segundo a Coalizão, vários países teriam aceito formas de turismo sexual como fonte planejada de renda nacional. Por outro lado, foi também levantado, por iniciativa de algumas mulheres e ONG's, o assunto da responsabilidade oficial a respeito de um verdadeiro comércio de mulheres e da coação a se prostituir para soldados durante a Segunda Guerra Mundial.

A condição feminina capitalista nasce com a violência (assim como com a violência nasce o livre trabalhador assalariado), é forjada sobre as fogueiras das bruxas e é mantida com a violência (Dalla Costa, G.F., 1978). No quadro de reprodução atual da população, a mulher continua não só a sofrer a violência de constituir o sujeito emergente da pobreza em nível mundial (a gratuita responsabilidade doméstica a torna contraente frágil no mercado externo), como também de ser engolida em dimensões crescentes pelo tráfico da prostituição, por conta da falta de recursos domésticos. E a feição bélica que o desenvolvimento assumiu, sempre mais, no mundo, não faz senão deteriorar ulteriormente esta condição feminina e avolumar, em resumo, práticas e culturas de violência contra a mulher.⁵ Máximo exemplo do estupro de guerra exercitado como estupro étnico foi dado durante a recente guerra nas repúblicas da ex-Iugoslávia.

Acenei só para algumas macro-operações no âmbito social que, durante o período da acumulação originária, permitiram ao sistema capitalista instaurar seu início. Entretanto, igualmente importante foram uma série de operações (cf. Marx, 1967), aqui não citadas por brevidade, mas que poderiam elucidar o pontual embate contemporâneo em torno da re-fundação contínua, em escala mundial, daquela relação de classe que é fundamento do desenvolvimento capitalista; e a fim de perpetuar aquela estratificação no corpo social

5. O tema tem sido muito debatido e existem várias pesquisas em relação a isto. Vale sempre a pena de lembrar, de qualquer modo, o estudo de A. Michel (1987).

trabalhador que se inicia com a separação/contraposição representada pela divisão sexual do trabalho.

4. A INSUSTENTABILIDADE DO CAPITALISMO

Todas as considerações até aqui desenvolvidas visam conduzir fundamentalmente a uma tese que queremos sustentar, isto é, que *o desenvolvimento capitalista sempre foi não-sustentável em primeiro lugar por causa do seu impacto humano*. Para entendê-lo, é suficiente colocar-se do ponto de vista de quem nem morreu e continua a morrer. Para nascer, esse capitalismo de fato pressupõe o sacrifício de ingentes parcelas de humanidade, tem pressuposto exterminios em massa, produção de fome e miséria, escravidão, violência e terror e, no seu progredir, continua a pressupô-los. Do ponto de vista específico das *mulheres*, *o desenvolvimento capitalista sempre foi insustentável porque é insustentável a contradição na qual este desenvolvimento as colocou*: trabalhadoras não-assalariadas numa economia salarial e, por isso mesmo, com negados direitos a uma existência humana. E se olharmos para as economias de subsistência, continuamente assediadas, minadas e perturbadas pelo desenvolvimento capitalista, vemos que este mesmo desenvolvimento priva continuamente as mulheres da disponibilidade da terra e da água que, para elas, são meios fundamentais de reprodução e da subsistência que visa o sustento da comunidade inteira.

A questão da expropriação da terra surgiu com força diante da atenção do mundo a partir de janeiro de 1994, com a Revolução Zapatista, em Chiapas, a qual toda a mídia teve que fazer referência, em primeiro lugar pela importância do México no acordo NAFTA com as potências ocidentais. A perversidade de uma produção de riqueza através da expropriação e produção de miséria estava sob os olhares de todos. É significativo, porém, que as dramáticas conseqüências da expropriação da terra fizessem com que, já no **Documento de Miami**, de novembro de 1991,⁶ se insistisse na garantia da disponibilidade da terra e do acesso ao alimento para as mulheres. Enquanto a mesma expansão capitalista (neste caso, a “revolução verde”) tinha já levado algumas populações terceiro-mundistas a praticar o aborto seletivo dos fetos de sexo feminino e o infanticídio de meninas (Schiva, 1990). Do sexocídio ao aniquilamento preventivo.

6. *Trata-se de Women's Action Agenda 21, publicado em World Women's Congress for a Healthy Planet (Official Report, 8-12 november 1991. Miami, United Nations, New York).*

A problemática da não-sustentabilidade do desenvolvimento tem se imposto em tempos bastante recentes, em conseqüência da evidência dos vários desastres ambientais e dos danos ao ecossistema. A terra, a água que corre nas suas veias e o ar que a circunda começaram a aparecer como ecossistema, como organismo vivente do qual o homem faz parte. Da vida e do equilíbrio deles depende a vida do próprio homem, contra uma concepção de Natureza como um "outro" em relação ao Homem, Natureza a ser dominada, e da qual os elementos devem ser apropriados, tirando-os como de um armazém de potenciais mercadorias. Depois de cinco séculos de exploração e dominação, a Terra volta prepotentemente à tona. Naquela época, tinha sido seccionada, cercada e tirada dos livres produtores. Agora, é ela mesma expropriada dos seus poderes reprodutivos, na medida em que está sendo cada vez mais vivissecionada, comercializada e revolvida. No entanto, estas operações extremas (entre as quais a aspiração a manipular e patentear o patrimônio genético das espécies viventes não é senão uma das últimas aberrações) pertencem a um único processo, cujas lógicas de exploração e dominação têm conduzido a uma total devastação do planeta em termos humanos e ambientais; até provocar inquietadoras interrogações sobre as possibilidades e modalidades de reprodução humana.

O desastre ecológico está irmanado àquele que é realizado contra parcelas sempre mais numerosas da humanidade. A destruição do gênero humano é necessária ao desenvolvimento capitalista para que possa perpetuar-se hoje como nas suas origens. Não subscrever esta destruição e, por isso, abordar o problema do "desenvolvimento sustentável", quer dizer, antes de tudo, relacionar-se com as lutas que, nas metrópoles como nas áreas rurais, prosseguem contra o desenvolvimento capitalista; quer dizer, também, contribuir com a elaboração de um saber diferente, à procura dos jeitos e das práticas da sua superação.

Mas, para interpretar e relacionar-se com as lutas e os movimentos, é necessário manter uma visão global dos setores cada vez maiores da sociedade, os quais, de várias formas, se rebelam em contextos tão diferentes do planeta. Privilegiar uns e ignorar outros significa assumir a mesma lógica de separação e contraposição que tem constituído a alma deste desenvolvimento. Não se pode aceitar pacificamente a anulação e o aniquilamento de uma parte da humanidade. Nas metrópoles, nos países de capitalismo avançado, em geral, os indivíduos debatem-se na falta de trabalho assalariado, única fonte para a subsistência, e nos cortes das medidas do Estado de Bem-Estar que representava aquele complexo de direitos individuais e coletivos que antes contri-

buíam, em tais contextos, para garantir a sobrevivência. A reprodução humana aqui já tem alcançado seu limite: a energia reprodutiva feminina tem sido cada vez mais sugada como uma fonte cuja água é utilizada para demasiados terrenos. A água é aquela que é, segundo nos diz Vandana Schiva (1990), não se multiplica.

A reprodução ficou esmagada pela intensificação complexa do trabalho, pela extensão excessiva da jornada de trabalho, num quadro de cortes dos recursos pelos quais também a falta de trabalho se resolve numa estressante busca de emprego, no trabalho clandestino e num cada vez mais cansativo trabalho de reprodução. Não posso aqui ilustrar além disso a complexidade dos fenômenos que têm levado a uma redução tão drástica da natalidade nos países avançados e na Itália, em particular (quociente de fertilidade de 1,26; taxa de crescimento da população de 0,0). É preciso levar sempre em conta que, enquanto rejeição de produzir, este comportamento tem constituído também um grande momento de resistência e de luta por parte das mulheres: rejeição de funcionar como máquinas reprodutoras de força de trabalho para pretender, ao contrário, reproduzir a si e aos outros como indivíduos sociais (Dalla Costa, M., 1972).

A contradição da condição feminista pela qual a mulher é obrigada a procurar, em termos prejudiciais em relação ao homem, uma autonomia financeira através do trabalho externo, ficando de qualquer maneira primariamente responsável pelo trabalho de produção e reprodução da força de trabalho, é explodida, revelando a sua inexorabilidade: as mulheres dos países avançados produzem sempre menos filhos. A humanidade dos países avançados tem sempre menos vontade de se reproduzir. Mas a grande recusa das mulheres é, ao mesmo tempo, colocação do problema maior aqui tratado: a busca e a definição de um *novo tipo de desenvolvimento*, no qual a reprodução humana não seja construída sobre o *inexorável sacrifício feminino*, dentro de uma concepção e estrutura da vida concebida unicamente como, toda ela, tempo de trabalho, dentro de uma *insuportável hierarquização* dos sexos. Ora, a luta "salarial" (no seu aspecto de salário direto e indireto) não se refere somente às áreas "avançadas", separadas das áreas "rurais". São muito poucas as situações nas quais a subsistência se baseia exclusivamente sobre a terra. Para os fins do sustentamento da comunidade, a economia salarial se entrelaça, na maioria das vezes, com os recursos típicos da economia de subsistência, cujas condições de conjunto são continuamente perseguidas pelas decisões de ordem político-econômica das grandes agências financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial (cf. Dalla Costa, M. e Dalla Costa, G.F., 1993).

Seria, portanto, um erro fatal, hoje, não defender os dois lados: defender o nível salarial e as garantias de renda (em dinheiro, bens e serviços) que é direito da humanidade trabalhadora exigir, porque o potencial de riqueza acumulado o foi a partir de cinco séculos do seu trabalho; e, contemporaneamente, urge defender a manutenção da disponibilidade da terra, da água e da floresta para os que tiram de tudo isto o sustento e aos quais a expropriação capitalista propõe somente a extinção. Enquanto setores diferentes de humanidade buscam e pretendem um desenvolvimento diferente, a força para pretendê-lo cresce na medida em que não se endossa nem a própria destruição nem a destruição dos outros.

A questão da reprodução humana, que a recusa das mulheres a procriar coloca como aspiração de um outro tipo de desenvolvimento, revela já horizontes totalmente diferentes. Derruba os muros da concepção de bem-estar. Busca felicidade. Pretende, com isto, uma formulação de desenvolvimento que abra possibilidades de satisfação das necessidades fundamentais e sobre cuja supressão o capitalismo nasceu e cresceu: necessidade de tempo livre contra uma vida toda ela de trabalho; necessidade do físico/sexual (em primeiro lugar relativo ao próprio corpo e ao do outro, relativo ao corpo na sua totalidade e não somente naquelas funções que o tornam mais produtivo), contra um corpo mero invólucro da força de trabalho ou máquina de reprodução de força de trabalho; necessidade de sociabilidade/coletividade (e não somente com outros homens e mulheres, mas com os vários seres vivos que agora se encontram com muita dificuldade, só depois de uma longa viagem longe dos centros urbanos), contra a separação e o isolamento dos indivíduos no corpo social e no corpo vivente no seu conjunto; necessidade de espaço público (mas não somente aqueles espaços urbanos que são os parques e as praças ou os outros poucos lugares permitidos à coletividade) contra a privatização, restrição contínua do espaço. Desejo de se relacionar com a totalidade da Terra como espaço público. E precisa, ainda, de jogo, casualidade, descoberta, maravilha, contemplação, emoção...

Naturalmente, tudo quanto dito acima não tem a mínima pretensão de “definição” das necessidades fundamentais. Mas quer ser, pelo menos, o registro de algumas necessidades cujas sistemática frustração por parte deste modo de produção capitalista certamente não ajuda a realizar a felicidade humana. Felicidade que, creio, ocorra ter a coragem de colocar como problema, repensando o desenvolvimento, justamente para pensar “grande”, recusando o temor de que colocar esta questão possa aparecer ousar demais ou aludir a

alguma coisa por demais interior. Rigoberta Menchú relata como, na sua comunidade, as mães ensinam logo às meninas que a vida que as espera será de imensas fadigas e sofrimentos. Contudo, ela tem se colocado também o problema do *por que* e o *por que* remetia a razões muito precisas e capitalistas: “Começamos a refletir sobre quais eram as raízes do problema e chegamos à conclusão de que as raízes dos nossos problemas estavam na propriedade da terra. As melhores terras não estavam nas mãos da gente. Eram de proprietários estrangeiros. E cada vez que nós descobrimos novas terras procuramos tirá-las de nós ou roubá-las de nós de alguma maneira” (apud. Burgos, 1991: 144). Rigoberta tem se colocado o problema de como transformar este estado de coisas. Não tem cultivado o mito da infelicidade humana. E, do ensinamento cristão, que tem utilizado junto com a tradição maia, tem tirado várias lições: também que existiu Judite.

Não é por acaso, na minha opinião, que, nestes últimos vinte anos, a questão da mulher, a questão das populações indígenas⁷ e a questão da Terra não só têm se imposto progressivamente mas constituem um trinômio particularmente sinérgico. O percurso em direção a um outro tipo de desenvolvimento não pode prescindir delas como sujeitos protagonistas: têm tantos saberes ainda guardados em civilizações que não desapareceram, ainda mas que têm tido a capacidade de auto-preservar-se, de manter os segredos dos seus conhecimentos; que têm tido a capacidade de resistir à vontade de aniquilamento em relação a elas. Têm tantos poderes que a Terra encerra, poderes reprodutivos de si e do homem como sua parte, poderes que certamente têm sido até hoje descobertos, preservados e valorizados mais por um saber feminino que por uma ciência masculina. É crucial, portanto, que outros saberes, das mulheres, das populações indígenas, da Terra (que, na “passividade”, é capaz de regenerar a vida) consigam emergir e fazer-se sentir (cf. Shiva, 1990). Serão, hoje, uma contribuição decisiva para livrar a reprodução humana do mortal assédio deste desenvolvimento.

7. Como foi sublinhado pelo Grupo de Trabalho sobre os Povos Indígenas no Fórum das ONG, reunido em Viena entre 10 e 12 de junho de 1993, durante os dois últimos decênios tem sido particularmente vasto e intenso o trabalho realizado por estes povos para chegar a fazer ouvir a voz deles, a fazer avançar questões vitais para eles (a questão da terra acima de tudo), para chegar a um maior respeito dos seus direitos. Etapas significativas deste trabalho têm sido a Declaração de Kari Oca, a Carta da Terra dos Povos Indígenas e a Convenção das Organizações Internacionais do Trabalho sobre os Povos Indígenas (cf. Convenção, n. 169). Justamente este crescente trabalho de coligação e promoção das suas reivindicações tem permitido a expressão de uma oportuna solidariedade durante a Rebelião dos Índios do Chiapas por parte das populações indígenas da América do Norte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Burgos, E. *Mi chiamo Rigoberta Menchú*. Firenze, Giunti, 1991.
- Dalla Costa, M. *Potere femminile e sovversione sociale*. Padova, Marsilio, 1972.
- _____ e Dalla Costa G.F. (org). *Donne e politiche del debito. Condizione e lavoro femminile nella crisi del debito internazionale*. Milano, F. Angeli, 1993.
- Dalla Costa, G.F. *Un lavoro d'amore. La violenza fisica componente essenziale del trattamento maschile nei confronti delle donne*. Roma, Edizione delle donne, 1978.
- Federici, S. *La caccia alle streghe*. In _____ e Fortunati, L. *Il grande Calibano. Storia del corpo sociale ribelle nella prima fase del capitale*. Milano, F. Angeli, 1984.
- _____ e Fortunati, L. *Il grande Calibano. Storia del corpo sociale ribelle nella prima fase del capitale*. Milano, F. Angeli, 1984.
- Fortunati, L. *L'arcano della riproduzione. Casalinghe, prostitute, operai e capitale*. Venezia, Marsilio, 1981.
- _____. *Sesso come valore d'uso per il valore*. In Federici, S. e Fortunati, L. *Il grande Calibano. Storia del corpo sociale ribelle nella prima fase del capitale*. Milano, F. Angeli, 1984.
- Marx, K. *Il Capitale*. Libro I. Roma, Editori Riuniti, 1967.
- _____. *Manoscritti economico-filosofici del 1844*. In _____. *Opere filosofiche giovanili*. Org. de G. Della Volpe. Roma, Editori Riuniti, 1969.
- Michel, A. "La donna a repentaglio nel sistema di guerra". In *Bozze*, 2, aprile-marzo, 1987.
- Shiva, V. *Sopravvivere allo sviluppo*. Torino, ISEDI, 1990.
- Women's Action Agenda 21*. In *World Women's Congress for a Healthy Planet*. Official Report, 8-12 november 1991. Miami, Florida.

* *Mariarosa Dalla Costa faz parte do Instituto de Scienze Políticas da Universidade de Padova, Itália.*

DEMOCRACIA E ESPAÇO PÚBLICO NO BRASIL

MARIÂNGELA NASCIMENTO*

A democracia é um dos temas que mais atenção recebeu dos meios acadêmicos nas últimas décadas. Este interesse, aliás, é mais antigo, acompanhando o próprio desenvolvimento das ciências sociais no País – particularmente o da ciência política. Foi, contudo, nos últimos vinte ou vinte e cinco anos que esta temática – devido ao desenrolar da política concreta: ditadura, transição democrática e retorno ao Estado de Direito – assumiu não só um papel de destaque como também se tornou a referência central do conjunto de nossa ciência política.

Analisando a questão de um ponto de vista da história das idéias políticas, podemos dizer que as preocupações com a democracia surgiram ainda no Império, quando políticos e ensaístas iniciaram uma reflexão mais profunda sobre a nossa realidade. Caso exemplar desta etapa inicial é o de Joaquim Nabuco, com o clássico **Um estadista do Império**, embora outros autores sejam igualmente importantes.

Numa fase posterior, incluindo a República Velha e o primeiro governo Vargas, as reflexões mais importantes ficaram por conta de ensaístas autoritários – Alberto Torres, Oliveira Vianna, Nestor Duarte e Francisco Campos, dentre vários outros – e dos chamados “inventores do Brasil” – Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Os primeiros, apesar dos “desvios” biologistas e autoritários, realizaram profundas análises sobre nossas instituições e cultura política, muito contribuindo para o desenvolvimento da ciência política no país. Se, por outro lado, os temas preferidos destes autores não eram a democracia liberal e suas dificuldades, por outro, ainda que indiretamente, quase sempre refletiram sobre isto. Entretanto, foi com o trio Prado Júnior, Freyre e Holanda que, nos anos 30, vamos ter uma verdadeira reflexão